

Finanças & Controle

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação
Nacional
2018,
edição XXVI

LDO 2019

UM FREIO AO RETROCESSO

Movimento unificado dos servidores pressiona Congresso que, em votação no Plenário, excluiu do projeto a redução das verbas de custeio e a proibição de novos concursos



ACORDOS DE LENIÊNCIA

Em entrevista, assessores da CGU falam sobre ação conjunta entre o órgão e a AGU

ELEIÇÕES 2018

Aumenta número de candidatos da carreira a cargos eletivos

CLUBE DE VANTAGENS

Convênio confere desconto de R\$ 10 mil na aquisição de automóvel

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Bruno Fabiano Soares
e Mary Joyce Rocha

Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa
e Rogério Honorato

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Ágatha Lechner da Silva, Aristides Costa, Corinto Santos,
Carlos Alberto Pio, Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel
Junqueira, Luiz Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel
Messias, Marussia Pires, Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelson Vilhena Neves
- AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto
Machado - RJ, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho -
MA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Celso Duarte
- RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Elber Stilben de
Souza - MS, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI,
Filipe Leão - BA, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci
Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos
- PA, João Colaço dos Santos - MG, José Luiz Pereira de
Lima - RS, Khalil Chaves Cruz - RN, Luciano Guilherme
Turin - PR, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Maria
Esmeralda Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva - SC,
Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Sergio Takayuki
Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander
Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 4 mil

O segundo trimestre de 2018 trouxe avanços na relação entre o Unacon Sindical, órgãos gestores e a base da categoria. Na STN, o destaque ficou por conta da publicação da Portaria que regulamenta a liberação de servidores para atividade sindical. Na CGU, o Termo de Cooperação com o Sindicato foi renovado visando a intensificação das parcerias de qualidade de vida no trabalho. Enquanto isso, avança a política de acordo de leniência da União – veja nesta edição entrevista exclusiva com assessores do ministro da CGU sobre o tema.

No Sindicato, em abril, pela primeira vez o Conselho de Delegados Sindicais eleito no ano passado se reuniu para eleger a mesa diretora e discutir as diretrizes da ação sindical para o ano. Em maio, foi a vez da instalação da Câmara de Representantes do Tesouro Nacional, órgão setorial de deliberação auxiliar do Unacon que conta com os seis delegados sindicais do Tesouro e um representante da Diretoria Executiva Nacional (DEN).

Boas notícias também no atendimento à base. Agora os filiados terão à disposição os serviços de consultoria jurídica e acompanhamento de ações individuais do escritório Torreão Braz Advogados em questões de direito administrativo. Até então, o contrato com o escritório se restringia às ações coletivas. Já na página de convênios na internet, os filiados podem contratar sem carência, até 31 de agosto, novo plano de saúde com desconto e coparticipação. Também foi aberto canal direto de comunicação para recebimento de sugestões relativas à reforma estatutária do Sindicato e da Associação.

No plano geral, a DEN segue atenta ao momento de crise e incerteza do país, em particular do serviço público. Depois de contermos, em articulação com outras carreiras e com os movimentos sociais, a proposta de reforma da previdência do governo Temer e de garantirmos a terceira parcela do aumento negociado em 2015/2016 derrubando a MP 805/2017, em julho, conseguimos eliminar da LDO 2019 o artigo que impedia a realização de novos concursos no ano que vem. Já neste mês de agosto, não temos descanso! O governo vem novamente ensaiando disposição em postergar a quarta parcela do reajuste negociada para 2019, o que demandará articulação com as demais carreiras afetadas, reforço do trabalho parlamentar, eventual interposição de ações jurídicas e mobilização de todos.

Ao mesmo tempo, temos incentivado e participado de discussões em torno de alternativas às políticas de cortes de despesa pública a qualquer custo em detrimento do crescimento, do emprego e do próprio equilíbrio fiscal. Exemplos disso foram a organização da 5ª Conferência do Fórum das Carreiras de Estado, e nossa participação em audiências públicas no Senado, em junho e julho, sobre os efeitos da EC 95/2016 (teto de gastos) e sobre alternativas às políticas de austeridade.

Agora as atenções se voltam ao processo eleitoral. A esperança é que seja marcado pela apresentação de propostas para os impasses em que nos encontramos. Nada melhor, nesse sentido, do que verificar o aumento do número de candidatos da carreira de Finanças e Controle a cargos eletivos nestas eleições, alguns deles entrevistados nesta edição.

Enquanto as soluções não chegarem, precisamos trabalhar para evitar que a próxima gestão não inicie refém de mais restrições institucionais (ex. PLOA 2019) impostas em fim de mandato por um governo amplamente impopular. O futuro das finanças e do controle é o futuro do Estado e do serviço público de qualidade orientado pelas vontades da população.

O informativo inclui encarte especial com lista de servidores para execução de ação judicial. Fique atento.

Bom voto em outubro. Boa leitura!

Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical



25 de julho
FOLHA DE S.PAULO
Ação do Sindicato para prorrogar prazo de ingresso na Funpresp pauta o veículo. "Detectamos erros que poderiam gerar diferença de 15% a 20% no cálculo do benefício", declara Marques

24 de julho
CBN

Em entrevista à rádio, Marques explica que, além da prorrogação do prazo, a entidade requer a possibilidade de retratação da opção, tendo em vista os erros

23 de julho
CORREIO BRAZILIENSE
"Sindicatos contestam Funpresp", destaca o veículo. Em entrevista ao jornal, Marques defende que não podem existir dúvidas

22 de julho
ESTADO DE S. PAULO
Carta de princípios do Fonacate é destaque. Êxito do funcionalismo nas batalhas contra a PEC 287/2016 e contra a MP 805/2017 são citados no texto

19 de julho
BLOG DO SERVIDOR
Planejamento admite erro no cálculo do benefício especial, mas mantém prazo. Ao veículo, Marques destaca que "os servidores estão sendo induzidos ao erro"

11 de julho
CORREIO BRAZILIENSE
Em debate ao vivo sobre a LDO, vice-presidente do Fonacate defende que os "servidores não oneram Orçamento"

23 de junho
CORREIO BRAZILIENSE
Sindicato questiona edital do concurso do Iphan. Para entidade, suspeita é de que exigências sejam para encaixar os temporários no quadro permanente do órgão

16 de junho
FOLHA DIRIGIDA
Para Marques, erros do governo no encaminhamento da reforma da Previdência acentuaram o *déficit* de pessoal. "Milhares de servidores anteciparam suas aposentadorias", explica

12 de junho
CONGRESSO EM FOCO
"Teto de Gastos no Brasil: insistir com o impossível ou revogar?". Artigo de Bráulio Cerqueira ganha destaque no portal

5 de junho
TVT
Em entrevista, Bráulio afirma que "o impedimento para que o governo atue nas políticas sociais é político"

4 de junho
ESTADO DE S.PAULO
Veículo pauta impacto fiscal da MP 817, que trata da transferência de servidores dos ex-territórios para quadros da União

17 de maio
**DIÁRIO COMÉRCIO
INDÚSTRIA E SERVIÇOS**
Veículo pauta carta de compromissos do Fonacate, como instrumento para identificar os candidatos comprometidos com o serviço público

14 de maio
CORREIO BRAZILIENSE
Campanha do Fonacate para eleger bancada parlamentar formada por servidores é destaque. Marques afirma que a aliança visa fortalecer o serviço público

9 de maio
CORREIO BRAZILIENSE
Reportagem aborda o índice de servidores demitidos por corrupção. "Os números mostram que há fiscalização e controle", afirma Marques

3 de maio
CONGRESSO EM FOCO
"Antes que seja tarde, precisamos realmente combater a desigualdade e o desemprego", aborda Bráulio Cerqueira em artigo

Maio
REVISTA CONSTRUÇÃO
"A dona de casa, o interbancário e as finanças públicas" é o título do artigo do AFFC e delegado de Finanças Públicas, Luiz Alberto, publicado no periódico

24 de abril
NEXO
Artigo "É preciso combater a corrupção. Mas há de se pesar os custos", assinado pelo AFFC Marcus Braga, em parceria com Frederico Lustosa, é destaque no portal

22 de abril
CORREIO BRAZILIENSE
Servidores reagem à tentativa de adiamento do reajuste. Marques relata que o funcionalismo tem sido surpreendido por "medidas unilaterais da Administração"

21 de abril
ESTADO DE S.PAULO
Governo anuncia nova tentativa de adiar reajuste. "Se vierem mais medidas arbitrárias, vamos trabalhar contra", afirmou Marques

16 de abril
CONGRESSO EM FOCO
Marcus Braga, AFFC, assina o artigo "Gestão de riscos e governos: um breve debate"

15 de abril
JOTA
"Corrupção como pauta eleitoral: é preciso estar atento à CGU". Artigo da doutora em Ciência Política pela UFMG, Ana Luiza Aranha, é destaque no portal

8 de abril
CONGRESSO EM FOCO
Com o tema "*Déficits* primários são comuns em recessão; despesas com juros da dívida pública sempre elevadas, não", artigo do secretário executivo do Sindicato é destaque

LIBERAÇÃO PARA ATIVIDADE SINDICAL É REGULAMENTADA

Portaria 434/2018, publicada no dia 22 de junho, é fruto do trabalho do Sindicato

A liberação dos servidores lotados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para participação em eventos, reuniões, e até na campanha eleitoral promovida pela respectiva entidade sindical, agora será disciplinada pela portaria 434/2018. Fruto do trabalho do Unacon Sindical, o dispositivo foi publicado no dia 22 de junho, apenas três dias após a primeira reunião realizada entre o Sindicato e Mansueto Almeida, novo secretário da pasta.

“O Tesouro nunca negou nenhum pedido de liberação, mas era importante institucionalizar o trabalho dos servidores na entidade de classe. Com isso, esperamos, por exemplo, ampliar a participação da carreira no III Conacon, a ser realizado em abril de 2019”, apontou Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Sindicato.

Produzida pela entidade, a minuta da portaria de liberação contempla todos os Auditores (AFFC) e Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) lotados na STN.

Vladimir Lopes, coordenador de Desenvolvimento Institucional, e Lísio Camargo, subsecretário de Assuntos Corporativos, também participaram da reunião no dia 19 de junho. Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira e Arivaldo Sampaio representaram o Unacon Sindical no encontro. Pela Câmara de Representantes do Tesouro (CRTN), esteve presente o delegado de finanças públicas Luiz Alberto Marques Vieira Filho. Confira, a seguir, outros assuntos também abordados na reunião com Mansueto.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

O pedido por regras mais razoáveis para a progressão funcional na carreira esteve em pauta. Para Luiz Alberto, os atuais mecanismos estão defasados. “Precisamos retomar esse

debate imediatamente”, disse. O Sindicato encaminhou pedido de criação de Grupo de Trabalho (GT) formado por membros da Controladoria-Geral da União (CGU) e da STN, para tratar especificamente do assunto. O secretário do Tesouro entendeu a preocupação e disse que irá analisar o assunto internamente.

PUBLICAÇÕES

A DEN também cobrou celeridade na alteração das regras para a publicação de artigos e trabalhos acadêmicos. Atualmente, mesmo quando o servidor isenta explicitamente a instituição da responsabilidade pelas opiniões defendidas, os trabalhos precisam ser submetidos à avaliação prévia da chefia imediata e do Comitê de Ética. Entregue ao secretário do Tesouro, o parecer jurídico encomendado pelo Sindicato identificou a falta de amparo legal dessa exigência. Mansueto entende que é preciso separar o debate técnico do debate político e garantir o cuidado com a divulgação de dados sigilosos, mas concorda com a demanda do Sindicato.

CÂMARA DE REPRESENTANTES

No 25 de maio, foi instalada a Câmara de Representantes do Tesouro. O órgão, criado em julho de 2017 para tratar de pautas relacionadas ao ambiente de trabalho na STN, é composto pelos delegados sindicais Ágatha Lechner, Gabriel Junqueira, Luiz Alberto, Eric Lisboa, Rafael Perez e Manoel Messias, todos do âmbito das finanças públicas, e pelo secretário executivo do Sindicato, Bráulio Cerqueira. Na reunião de instalação, Luiz Alberto e Gabriel foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. Confira tudo que foi tratado na oportunidade, no link <https://bit.ly/2MohPFS>. ●



Para servidor que esteja no exercício de mandato, em cargo de direção de natureza nacional ou em cargo de presidente de conselhos de natureza nacional, o dispositivo prevê liberação de até 15 dias úteis, por ano civil.

Para servidor que esteja no exercício de mandato de natureza regional ou local, ou que ocupe cargo de natureza nacional em conselho fiscal ou de ética na entidade, o dispositivo prevê liberação de até 10 dias úteis, por ano civil.



Já para servidores que não estejam no exercício de mandato na entidade sindical da classe, o dispositivo prevê liberação de até cinco dias úteis, por ano civil.



Em todos os casos, a liberação fica condicionada à aprovação de requerimento enviado pela entidade de classe.



Confira, no QR-code, a íntegra da portaria.





SINDICATO DEBATE PLEITOS DA CARREIRA COM SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira, Roberto Kodama e Roberta Holder foram recebidos pela equipe da Secretaria Executiva do órgão, chefiada por José Marcelo de Carvalho

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical se reuniu com a equipe da Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), chefiada pelo secretário José Marcelo de Carvalho, para debater

pleitos institucionais de interesse dos servidores da carreira de Finanças e Controle. No encontro, o Sindicato formalizou a renovação do termo de acordo de cooperação entre o órgão e a entidade, que visa a promoção de atividades de

qualidade de vida no trabalho. Progressão funcional, indenização de fronteiras e efetivação de transposições, já definidas na esfera judicial, também entraram na pauta. Confira os destaques da reunião realizada no dia 16 de maio.

O que foi discutido:

TRANSPOSIÇÃO

O primeiro ponto tratado foi a efetivação de transposições decorrentes de equivalências profissionais. As advogadas Gabriela Teixeira e Edilene Lacerda, do escritório Torreão Braz, listaram, um a um, os servidores que, embora tenham tido seu direito à transposição reconhecido no Judiciário, não foram, até o momento, transpostos. O objetivo é que o Unacon Sindical atue, dentro do limite legal, na solução de empecilhos que têm dificultado a conclusão do processo. Já está pacificado que, "uma vez comprovado o atendimento dos requisitos legais de cada atividade profissional, em data anterior a 23 de dezembro de 1986, e registro junto à Delegacia Regional do

Trabalho (ainda que posterior), deverá ser reconhecida a habilitação legal equivalente a curso superior", explicou a advogada Gabriela Teixeira.

INDENIZAÇÃO EM ÁREAS DE DIFÍCIL FIXAÇÃO DE EFETIVO

A extensão da indenização prevista na Lei 12.855 de 2013 também esteve em debate. Rudinei Marques, presidente do Sindicato, observou que a própria lei define como um dos critérios para concessão da indenização a "dificuldade de fixação de efetivo" no local e defendeu que, portanto, o órgão deve atuar para alterar a lei de modo a contemplar os servidores da carreira de Finanças e Controle em exercício na Região Norte ou, ao

menos, nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. A solicitação foi formalizada por meio do ofício DEN 126 de 2018.

PROGRESSÃO FUNCIONAL

A DEN ainda cobrou regras mais razoáveis para a progressão funcional. Para o secretário executivo do Sindicato, Bráulio Cerqueira, os atuais mecanismos estão defasados. "Precisamos garantir regras mais justas", declarou.

CONCURSO

Por fim, os diretores enfatizaram a necessidade de realização de concurso para a carreira, em especial, para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC). ●

ATÉ O FIM DE 2018, ACORDOS DE LENIÊNCIA DEVEM ULTRAPASSAR R\$ 10 BILHÕES

Além dos valores restituídos aos cofres públicos, assessores da CGU falam sobre a metodologia de cálculo da multa administrativa aplicada às empresas e sobre a atuação conjunta entre a CGU e a AGU

O instituto do acordo de leniência se consolidou como política pública de extrema importância para o país. De acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), até o fim de 2018, os acordos celebrados com as empresas devem ultra-

passar R\$ 10 bilhões. Entretanto, o trabalho vai além do ressarcimento ao erário. "Por meio dos acordos, surgem novas informações e documentos que comprovam o ilícito, identificando os demais envolvidos, a chamada alavancagem investigativa. As provas podem permitir ao Estado a abertura de novas apurações e responsabilizações de agentes ou empresas", lembra Luana Roriz Meireles, assessora de Wagner de Campos Rosário, ministro da CGU. Ela e Matheus Bredt de Menezes, também assessor do ministro, concederam entrevista exclusiva para o Finanças & Controle. Juntos, falaram sobre a metodologia de cálculo da multa administrativa aplicada às empresas até a atuação conjunta entre a CGU e a Advocacia Geral da União (AGU). Confira a seguir.



F&C - Desde a edição da lei 12.846 de 2013, havia grande expectativa em relação aos acordos de leniência. No que diz respeito ao trabalho da CGU, em que escala os acordos potencializaram os valores restituídos aos cofres públicos, se comparado aos números obtidos em operações regulares?

Luana Roriz Meireles e Matheus Bredt de Menezes - O instituto do acordo de leniência, uma das inovações trazidas pela Lei Anticorrupção (LAC), se consolidou como política pública de extrema importância para o país, a cargo da CGU, seja pela efetividade no ressarcimento de recursos públicos desviados, como também pela mudança na cultura de relacionamento entre os setores público e privado.

O acordo de leniência se consolidou como política pública de extrema importância para o país, a cargo da CGU, seja pela efetividade no ressarcimento de recursos públicos desviados, como também pela mudança na cultura de relacionamento entre os setores público e privado.

Isso a partir da assinatura de 5 acordos nos últimos 12 meses, em parceria com a AGU, em especial os recém celebrados com as empresas Odebrecht e SBM Offshore. Somente esses dois instrumentos significaram retorno de cerca de R\$ 4 bilhões aos

cofres da União e dos entes lesados. Os outros três acordos preveem uma recuperação de mais de R\$ 636 milhões – UTC Engenharia (R\$ 574 milhões), Bilfinger (R\$ 9,8 milhões) e com as agências de publicidade MullenLowe e FCB Brasil (R\$ 53,1 milhões) – totalizando, até o momento, R\$ 4,57 bilhões em ressarcimento.

A previsão é de que, com os acordos atualmente em negociação, os valores sejam superiores a R\$ 10 bilhões até o fim de 2018. Portanto, podemos afirmar que se trata de atividade baseada em critérios técnicos e nas melhores práticas internacionais, realizada pela CGU e pela AGU, capaz de gerar recuperação significativa de ativos ao erário, de forma mais célere e em percentuais bem acima dos demais procedimentos administrativos e judiciais à disposição do Estado.

F&C - Em que a metodologia de apuração de valores de ressarcimento ao erário desenvolvida pela CGU se diferencia da utilizada pelos outros órgãos?

Luana e Matheus - A diferença de metodologia que podemos identificar é a busca da individualização das irregularidades por contrato, sempre que possível. Convém destacar que o estabelecimento da metodologia foi fruto do amadurecimento de exemplos e estudos que foram realizados no país e fora, com base nas melhores experiências.

O que podemos afirmar é que a metodologia, desenvolvida conjuntamente com a AGU, orienta as comissões de negociação, composta por membros dos dois órgãos, a identificarem e mensurarem tecnicamente as rubricas que serão endereçadas nos acordos.

Nesse sentido, os acordos de leniência celebrados com a CGU e AGU não tratam apenas de valores referentes à multa da Lei Anticorrupção, que tem a natureza sancionatória, mas também sobre rubricas com natureza de ressarcimento, que buscam apurar a vantagem indevida auferida ou pretendida pelas empresas. Essa rubrica de ressarcimento é composta por três categorias de valores, a saber: somatório de eventuais danos incontroversos atribuíveis às empresas colaboradoras; somatório de todas as propinas pagas; e lucro ou enriquecimento que seria razoável se não houvesse o ato ilícito.

F&C - Nos acordos de leniência, a cooperação das empresas tem sido efetiva? Quais são as contrapartidas oferecidas?

Luana e Matheus - Sim, a cooperação tem sido efetiva. A Lei 12.846/2013 exige como requisito para assinatura de acordo que a empresa "coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo".

Nesse sentido, temos dois tipos de empresas que procuram a leniência: aquelas que buscam sem que haja alguma investigação em curso na CGU e que detectaram problemas e; aquelas que estão envolvidas em casos de corrupção conhecidos. Naturalmente, as primeiras possuem mais vantagens que as últimas, sendo que o processo de negociação para essas últimas

Os acordos celebrados com a CGU e AGU não tratam apenas de valores referentes à multa da Lei Anticorrupção, que tem a natureza sancionatória, mas também sobre rubricas com natureza de ressarcimento, que buscam apurar a vantagem indevida auferida ou pretendida pelas empresas.

implica na apresentação de provas além daquelas que já foram colhidas na investigação.

Se durante as negociações a comissão de negociação – composta por membros da AGU e CGU – não identificar essa colaboração exigida da empresa, ela deve encerrar as negociações, propondo às autoridades a resilição do memorando de entendimentos firmado com a empresa. Já tivemos nove resilições de memorandos, por motivos dentre os quais se figura a ausência de colaboração da empresa.

Como contrapartida, caso a empresa, além de colaborar, preencha todos os requisitos que a levem à assinatura de um acordo com a CGU e a AGU, receberá como efeito dessa colaboração: isenção da publicação extraordinária da decisão condenatória; redução em até 2/3 do valor da multa da LAC; isenção da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções etc.; e isenção da suspensão de contratar.

O dever de colaborar da empresa continua como obrigação após a assinatura do Acordo.

F&C - Quais fatores são considerados para definição do valor da multa?

Luana e Matheus - A Instrução Normativa CGU-AGU 02, de 16 de maio de 2018, aprovou a metodologia de cálculo da multa administrativa prevista na Lei 12.846/2013, a ser aplicada no âmbito dos acordos de leniência. Os fatores estão descritos no art. 7º e, para tanto, foi estabelecida a metodologia, com o objetivo de unificar entendimentos e procedimentos.

Os fatores considerados para cálculo da multa envolvem, por exemplo, faturamento bruto; valores dos contratos envolvidos; saldos contratuais; e lucros dos contratos ilícitos. Além disso, são considerados os fatores agravantes e atenuantes específicos ao caso sob análise, nos termos do Decreto 8.420/2015.

F&C - Recentemente o TCU recuou da proposta de suspender o acordo de leniência firmado entre a União e a Odebrecht, mas prometeu analisar com rigor os termos do acordo firmado. Como tem sido a atuação em conjunto entre a CGU e a AGU? E que garantias tem o Estado e a própria empresa de que os acordos firmados não serão revistos?

Luana e Matheus - A atuação conjunta da CGU e da AGU nos acordos de leniência se materializou com a edição da Portaria Interministerial CGU-AGU 2.278/2016, por meio da qual se regulamentou a participação da AGU nos acordos.

A participação conjunta se inicia desde a assinatura, pelas autoridades da CGU e da AGU, dos memorandos de entendimento celebrados com as empresas que querem iniciar negociação. Continua durante toda a fase negocial, que ocorre com designação de Comissão composta por membros da CGU e da AGU, a qual, de forma técnica e independente, proporá, motivadamente, a assinatura de acordo ou resilição de memorando.

O relatório final da Comissão é encaminhado para manifestação também conjunta do Consultor-Geral da União, do Procurador-Geral da União e do Chefe da Consultoria Jurídica da CGU, sendo posteriormente submetido ao Ministro de Estado da CGU e ao Advogado-Geral da União, a quem cabe a decisão pela celebração do acordo.

Essa é, em síntese, a forma de atuação conjunta das duas instituições, o que demonstra que, hoje, não há como se falar em assinatura de acordo apenas com a CGU ou com a AGU.

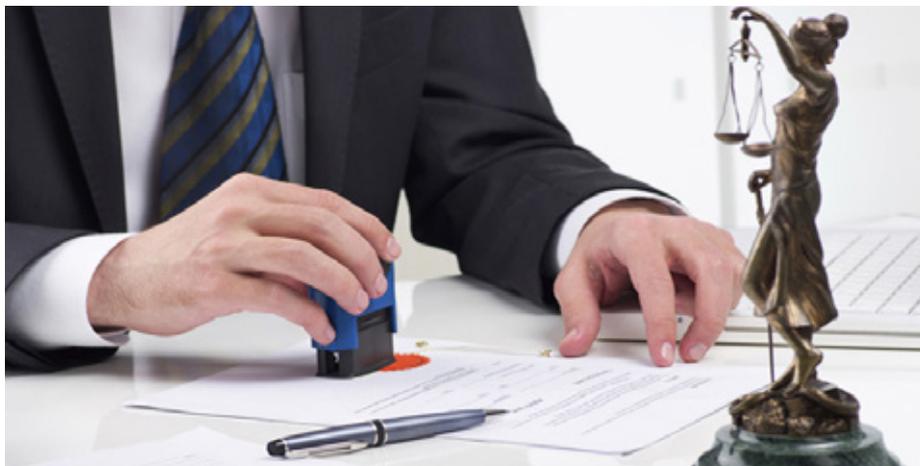
No que se refere às garantias que o Estado e a empresa têm quanto ao acordo celebrado, o que cabe registrar é que as instituições celebrantes assumem o compromisso de defender a validade e eficácia do acordo perante outras autoridades e jurisdições, conforme previsto na própria Lei Anticorrupção.

SINDICATO AMPLIA OFERTA DE SERVIÇOS JURÍDICOS PARA FILIADOS

Novo contrato com o escritório Torreão Braz Advogados prevê consultoria jurídica individualizada e acompanhamento de ações individuais ligadas a questões de âmbito funcional

Com o objetivo de ampliar a oferta de serviços jurídicos para os filiados, o Unacon Sindical assinou dois novos contratos com o escritório Torreão Braz Advogados. Um para consultoria jurídica individualizada e outro para acompanhamento de ações individuais. Este último, com participação do interessado, que arcará com parte dos custos das ações. Ambos são serviços voltados para o atendimento de demandas relacionadas a questões de direito administrativo em todos os temas pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos. Os contratos celebrados cobrem somente os casos encaminhados via Sindicato. A análise e o encaminhamento dos atendimentos serão realizados pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) e pelo núcleo de atendimento jurídico da entidade. O serviço já está à disposição de todos os filiados.

A consultoria jurídica individualizada será prestada por meio eletrônico. O interessado deve encaminhar a solicitação ao Sindicato, que remeterá ao



Escritório. O prazo para atendimento da demanda é de até cinco dias úteis a partir da data de recebimento. Tudo isso, sem nenhum custo para o filiado.

No caso de proposição e acompanhamento de ações individuais, o Sindicato arcará com o valor de R\$ 3.000,00, a título de *pró-labore*. Além disso, o filiado contará com condições favoráveis para a celebração do contrato de prestação de serviços advocatícios. O Escritório Torreão

Braz possui sede em Brasília e em São Paulo. Os interessados que moram em outras localidades também poderão propor medidas judiciais, desde que as Seções Judiciárias e Tribunais disponham de processo eletrônico. ●

Para mais informações, envie um e-mail para juridico@unaconsindical.org.br ou ligue para (61) 2107-5012

Estatuto e Regimento

SINDICATO ABRE CANAL PARA ENVIO DE SUGESTÕES

Envie sua contribuição para o email estatuto@unacon.org.br, até o dia 20 de agosto. Propostas serão debatidas em novembro, na segunda reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS)

Visando incentivar a participação dos filiados, a Comissão designada para propor mudanças no Estatuto Social e no Regimento Interno do Unacon Sindical abriu um canal para o recebimento de sugestões. A deliberação foi aprovada em reunião realizada na sede

do Sindicato, no dia 5 de julho. As propostas devem ser encaminhadas para o email estatuto@unacon.org.br, até o dia 20 de agosto. Todas as sugestões recebidas serão analisadas e, após a consolidação, apresentadas ao Conselho de Delegados Sindicais (CDS), em novembro.

Para Caetano Rabelo, membro da Comissão, a participação dos filiados nesse processo é fundamental. "É importante ouvir o que o filiado tem a sugerir para enriquecer o debate e para que a proposta de reforma estatutária que será encaminhada ao CDS e, posteriormente, votada, reflita os anseios da carreira", afirma.

COMISSÃO

A Comissão foi instituída na primeira reunião do CDS deste ano, realizada em abril. O grupo é composto por dois membros da Diretoria Executiva Nacional (DEN), o presidente do CDS, Filipe Leão, o delegado de de finanças públicas, Luiz Alberto Vieira Filho, e o dirigente de Santa Catarina, Caetano Rabelo. ●

“CONVÊNIO ME GARANTIU R\$ 10 MIL DE DESCONTO”, COMEMORA SANDRA

Dependente de filiado adquiriu o novo Ecosport com o Clube de Vantagens do Unacon Sindical. Descontos para compras diretas na Ford podem chegar a R\$ 11 mil

É oficial. A primeira venda de automóvel realizada por meio do Clube de Vantagens do Unacon Sindical foi efetivada no dia 2 de maio. Sandra Sampaio, cômjuge de um filiado e cadastrada como dependente no convênio, adquiriu o novo Ecosport com R\$ 10.040 de desconto. A compra foi realizada na concessionária Forlan-Ford do Aeroporto, em Brasília.

Embora o Clube garanta descontos apenas para transações realizadas diretamente com a Ford, com poder de barganha, Sandra conseguiu o mesmo benefício na concessionária. “Após conversarmos

com o vendedor, ficou claro que a compra na concessionária traria benefícios, como a retirada imediata do veículo e a isenção do IPVA 2018. Então, iniciamos a negociação”, disse a beneficiária.

Na plataforma de convênios, o modelo de Ecosport disponível é 2018/19. Em cores sólidas, as versões variam de R\$ 76.690, mais básica, a R\$ 99.990, mais completa. Com os descontos exclusivos para filiados, saem por R\$ 68.254,10 e R\$ 88.991,10, respectivamente. No caso de Sandra, havia na loja um veículo na cor prata modelo 2018/2018, que é comercializado a

R\$ 87.040. Para garantir o desconto oferecido pelo Clube de Vantagens, o vendedor Weslei Vieira fechou a negociação em R\$ 77 mil. “Recomendo a todos os filiados que ativem seus cadastros e de seus dependentes. Eu atesto: vale muito a pena”, afirmou Sandra. ●

Accesse o QR-code ao lado e ative agora o seu cadastro! Aproveite os descontos exclusivos em academias, escolas, concessionárias e muito mais.



O marido de Sandra, filiado ao Unacon Sindical, contribui todo mês com

R\$ 231,71

Na compra de um novo veículo com o Clube de Vantagens, Sandra economizou

R\$10.040,00



O desconto cobriu a contribuição por um ano e ainda garantiu ao casal a economia de

R\$ 7.259,48

Reconhecimento



UNACON PARTICIPA DE HOMENAGEM A SERVIDORES APOSENTADOS DA CGU

Solenidade foi realizada no auditório do edifício sede do órgão, no dia 28 de junho. Iniciativa faz parte do Reinvente

Reconhecimento. Servidores aposentados da Controladoria-Geral da União (CGU) foram homenageados no dia 28 de junho. Bráulio Cerqueira e Carlos Janz representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN)

na solenidade realizada no auditório do edifício sede do órgão. Wagner de Campos Rosário, ministro da pasta, também participou do evento.

Cerqueira externou a alegria de representar o Sindicato na solenidade. “É uma

felicidade estar aqui, numa homenagem mais que merecida a quem dedicou a maior parte, senão a totalidade da vida laboral, à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência na gestão governamental”, declarou.

Só em Brasília, entre janeiro de 2017 e junho de 2018, 82 Auditores (AFFC) e Técnicos Federais de Finanças e Controle (TFFC) se aposentaram. Para Cerqueira, esse dado mostra mais do que a maturidade da carreira. “É um reflexo, também, de uma proposta de reforma da Previdência com regras de transição mal elaboradas que prejudicavam notadamente quem mais havia contribuído ao longo do tempo. Felizmente os sindicatos e os movimentos sociais conseguiram impedir estes e outros retrocessos, sabendo que mudanças da previdência ocorrerão, sempre ocorrem, mas precisam ser amplamente pactuadas, preservando direitos adquiridos”, apontou.

O evento é uma promoção do Reinvente – Acompanhamento Institucional para Aposentadoria. ●

LDO 2019: MOVIMENTO UNIFICADO DOS SERVIDORES FREIA RETROCESSOS

Em votação no Plenário do Congresso, redução das verbas de custeio e proibição de reajuste foram excluídas do projeto





“O governo colocou o país em uma armadilha. Criou um teto de gastos que impede, no fundo, que se preste serviços públicos com o mínimo de qualidade e agora tenta, através da LDO, retirar mais recursos do serviço público. Não vamos aceitar”

Alessandro Molon
deputado federal PSB-RJ

Depois da luta contra a reforma da Previdência e a Medida Provisória (MP) 805/2017, que marcaram o primeiro semestre do ano, o movimento organizado dos servidores inicia a segunda metade de 2018 barrando novos retrocessos propostos pelo governo. Como resultado do trabalho parlamentar desenvolvido pelas entidades representativas do serviço público, o Congresso Nacional derubou os artigos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2019 que reduziam as verbas de custeio em 10% e impediam reajustes salariais, bem como a contratação de novos servidores. Em votação na madrugada do dia 12 de julho, os dispositivos foram rejeitados por 209 votos a 45.

Além da força-tarefa que buscou interlocação junto aos parlamentares, os servidores promoveram um ato público em frente ao anexo II da Câmara dos

Deputados, durante todo o dia 11. Os deputados Alessandro Molon (PSB-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) marcaram presença na mobilização.

“O governo colocou o país em uma armadilha. Criou um teto de gastos que impede, no fundo, que se preste serviços públicos com o mínimo de qualidade e agora tenta, através da LDO, retirar mais recursos do serviço

público. Não vamos aceitar”, afirmou Molon. Na mesma linha, a deputada Érika destacou que o projeto criava uma dupla penalização para os servidores, na medida em que precarizava as condições de trabalho e impedia o reajuste salarial.

Para Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, mais do que uma vitória dos servidores, a rejeição dos dispositivos representa o fortalecimento da democracia e do serviço público. “Diminuem as amarras do próximo governo, seja ele qual for, para escolha e implementação das prioridades sancionadas pela população. Agora não podemos baixar a guarda. Temos pela frente uma batalha em torno do orçamento de 2019 e a mais importante de todas: a luta pela revogação do teto de gastos, que inviabiliza a prestação de serviços à população”, enfatizou. ●



ENTIDADES DEBATEM AGENDA DAS CARREIRAS DE ESTADO COM MINISTRO

Reforma administrativa e regulamentação do artigo 247 da CF e da Convenção 151 da OIT estiveram em pauta no encontro que marcou a retomada do diálogo entre os servidores e o governo

Retomada do diálogo. O ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago, recebeu representantes do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), no dia 20 de junho, para debater temas atinentes ao serviço público. Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, integrou a comitê de representantes do Fórum.

No início do encontro, os representantes das carreiras de Estado demonstraram insatisfação com a falta de diálogo, que prevaleceu em matérias cruciais para a categoria, como, por exemplo, a reforma da Previdência. “Não fomos chamados para o diálogo. Quando tomamos conhecimento, já existia um texto pronto”, relatou Marques, que solicitou ao ministro que qualquer projeto nessa linha seja primeiramente apresentado ao Fórum e às suas afiliadas, antes do encaminhamento ao Congresso.

Sobre a reforma administrativa, o ministro Colnago defendeu a otimização

da política de gestão de pessoas no setor público. Segundo ele, são necessárias mudanças nas estruturas de diversas carreiras. Diante da afirmação, os representantes dos servidores criticaram a proposta de rebaixamento de salários iniciais e a elevação de níveis para progressão funcional. Para os dirigentes, as medidas tornam “o serviço público algo não tão atrativo, no sentido de procurar os melhores quadros” da sociedade.

Rudinei Marques entregou ao ministro o projeto elaborado pelo Fonacate que dispõe sobre a regulamentação do artigo 247 da Constituição Federal, que trata das carreiras de Estado. O ministro se mostrou simpático à ideia. Disse concordar com a existência de um núcleo estratégico e perene pensando o Estado no longo prazo, e que este debate deve ser protagonizado pelas próprias carreiras. O presidente do Unacon Sindical sugeriu, então, que seja instalado um Grupo de Trabalho (GT) para iniciar, ainda nesse ano, a discussão sobre a matéria.

“Manifestamos aqui a nossa disposição de compor mesas de trabalho e de discussão, e avançar nesse diálogo sobre serviço público e Estado”, disse Marques.

Por fim, os dirigentes solicitaram que o governo dê continuidade à internalização da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece princípios que asseguram a organização sindical, a negociação coletiva e o direito de greve no setor público.

O ministro reconheceu a legitimidade e a importância do Fórum na construção de pautas em defesa do funcionalismo. Finalizou a reunião reiterando que o Ministério do Planejamento está de portas abertas para as carreiras de Estado e se mostrou simpático às propostas do Fonacate para grupos de trabalho e atuação em conjunto nos projetos que definem direitos e garantias dos servidores públicos. ●

NA CÂMARA, ENTIDADES COBRAM VOTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE

“O projeto traz regras próprias, sem ficar à mercê das regras da iniciativa privada, que nem sempre se adequam às nossas peculiaridades”, defende Marques

A luta pela regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ganhou um novo capítulo neste primeiro semestre de 2018. Em dezembro, o projeto de lei (PL) que tratava da negociação coletiva, aprovado pelo Congresso Nacional, foi vetado pelo presidente da República. Agora, o esforço é pela aprovação do PL 4.497/2001, que trata do direito de greve no serviço público. No dia 11 de julho, o Unacon Sindical e as afiliadas ao Fórum Nacional das Carreiras

de Estado (Fonacate) participaram de uma audiência com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara, deputado federal Daniel Vilela (MDB-GO), para solicitar a aprovação da matéria.

“Esse projeto traz avanços importantes na regulamentação do direito de greve no serviço público, com regras próprias, sem ficar à mercê das regras da iniciativa privada, que nem sempre se adequam às nossas peculiaridades”, defendeu Rudinei Marques, presidente do Sindicato.

O parlamentar se comprometeu a articular, em conjunto com o relator, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), uma estratégia para a aprovação do PL 4.497 na CCJC e encaminhamento ao Plenário. Porém, segundo ele, isso só será possível após o pleito eleitoral de 2018.

No parecer, o relator acatou as sugestões apresentadas pelo Fonacate. Os dirigentes sindicais se reuniram diversas vezes com a equipe do gabinete do parlamentar para debater melhorias ao texto original. ●

Conferência



UNACON PARTICIPA DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CARREIRAS DE ESTADO

Evento reuniu especialistas de diversas áreas para debater o serviço público

Sob o mote “As Carreiras Típicas de Estado e o Futuro da Democracia no Brasil”, o Fonacate e suas 29 afiliadas, entre elas o Unacon Sindical, realizaram, nos dias 17 e 18 de abril, a 5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado. Durante o evento, promovido em Brasília, especialistas das áreas política, jurídica e de gestão governamental apresen-

taram reflexões sobre os desafios e as perspectivas para a categoria na manutenção de serviços de qualidade em meio à atual conjuntura e às demandas sociais.

A solenidade de abertura da 5ª Conferência das Carreiras de Estado contou com a participação da advogada-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, e da deputada federal Érika

Kokay (PT-DF).

Francisco Gaetani, presidente do Enap; Juarez Guimarães, professor da UFMG; Sérgio Guerra, professor da FGV; Fernando Filgueiras, professor da UFMG; Juarez Freitas, professor da UFRGS; Pedro Nery, consultor legislativo do Senado Federal; Maria Sylvia Zanella di Pietro, professora da USP; estão entre os painelistas que compuseram as mesas de debate, nos dois dias de evento.

“O concurso é garantia do bom funcionamento da Administração. É garantia de eficiência e da capacidade do servidor”, afirmou Maria Sylvia ao defender o processo seletivo como forma de ingresso, frente ao fenômeno das terceirizações, no painel “Gestão de Pessoas no Serviço Público”.

No encerramento do evento, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical e do Fonacate, enfatizou a importância das discussões realizadas. “Hoje assumimos uma posição de protagonismo em relação ao futuro do Brasil.” ●

Todas as palestras estão disponíveis no canal do Fonacate no Youtube. Acesse no link: <https://bit.ly/2nnrSjB> ou no QR-code ao lado.





SINDICATO DEBATE, NA CDH, ALTERNATIVAS À AUSTERIDADE ECONÔMICA

Bráulio Cerqueira defendeu um melhor aproveitamento do potencial do país. “Podemos e devemos fazer mais. Agora, a sociedade e a política precisam querer”, afirmou

Para Bráulio Cerqueira, secretário executivo do Unacon Sindical, é possível contornar a atual crise econômica com um melhor aproveitamento do potencial do Brasil. “Podemos e devemos fazer mais. Agora, a sociedade e a política precisam querer”, afirmou. A declaração foi dada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, na manhã do dia 5 de julho. Com o tema “Alternativas à austeridade econômica em defesa dos Direitos Humanos e da Democracia”, a audiência pública foi realizada no plenário 6 da Ala Senador Nilo Coelho, com transmissão ao vivo pelo portal e-Cidadania.

Arivaldo Sampaio, diretor de finanças do Sindicato, também participou do debate. Filipe Leão, Luciano Turin, Edilber-

to Barreto e Caetano Rabelo – delegados sindicais pelos estados da Bahia, Paraná, Ceará e Santa Catarina, nesta ordem –, e Luiz Alberto Marques Vieira Filho, delegado de finanças públicas, também acompanharam a audiência.

Bráulio destacou que o Brasil está aquém do seu potencial. “Estamos com 20% da força de trabalho do país subutilizada. Temos um potencial imenso; estamos no auge do *boom* demográfico. Nunca tivemos tantas pessoas em idade ativa. Precisamos dar oportunidade para essa gente”, declarou. Para ele, as políticas de austeridade implantadas no país bloqueiam o aproveitamento desse potencial.

“Austeridade é a política de cortar o orçamento público para equilibrá-lo e promover o crescimento. Só que a

austeridade adotada pelo governo não funciona. No auge da crise, em 2016, a economia retrocedeu ao patamar de meados de 2011. A se confirmar o crescimento previsto para 2018, de 1,6%, o produto [interno bruto] não terá alcançado o patamar de dezembro 2012”, afirmou.

Segundo o secretário executivo, mesmo com aceleração do crescimento em 2019, somente em 2020 o PIB terá superado o patamar de 2014, o que configura a recuperação mais lenta já registrada da economia brasileira.

INJUSTIÇA SOCIAL

O Auditor Federal de Finanças e Controle (AFFC) e candidato ao Senado no Distrito Federal, Marivaldo Pereira, classificou a atual política



Austeridade é a política de cortar o orçamento público para equilibrá-lo e promover o crescimento. Só que a austeridade adotada pelo governo não funciona. No auge da crise, em 2016, a economia retrocedeu ao patamar de meados de 2011”

Bráulio Cerqueira
secretário executivo
do Unacon Sindical



econômica como incoerente e seletiva. “Ao mesmo tempo que o Congresso debatia a reforma da Previdência, discutia o perdão de dívidas aos grandes devedores da Previdência. Qual é a coerência? Nenhuma. Vivemos em uma situação de austeridade seletiva onde se corta o máximo possível da população mais pobre e se cria o máximo de benefícios para aqueles que estão no topo da pirâmide”, destacou.

Além do aumento da desigualdade, os especialistas apontaram que a austeridade provoca impactos negativos na saúde da população brasileira. “A crise econômica gera aumento de casos de suicídio, doenças crônicas e infecciosas, como é o caso

do HIV na Grécia, que aumentou. Quando se têm, ao mesmo tempo, cortes na saúde e nas políticas sociais, o problema se agrava”, explicou a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fabíola Vieira.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma tributária que corrija injustiças e, ao mesmo tempo, aumente o potencial arrecadatório do país também foi uma alternativa à austeridade apontada pela doutora em Economia e professora da Universidade de São Paulo, Laura Carvalho. “Existe uma incompatibilidade entre querer ter

serviços públicos de qualidade, universais e gratuitos, tal como países ricos, e uma carga tributária de países pobres, que não têm esses serviços. Temos que separar a discussão sobre o tamanho e a distribuição da carga tributária brasileira. Em termos de tamanho, ela é cerca de 2% menor que a média da carga tributária dos países da OCDE. No entanto, as pessoas sentem que pagam muitos impostos porque a maior parte da carga vem da tributação sobre o consumo e a produção”, afirmou.

Ainda em comparação aos países da OCDE, o diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado, Rodrigo Orair, ressaltou que, enquanto os países membros da organização aumentaram suas cargas tributárias de 32% do PIB, em 2009, para 34%, hoje, a carga tributária brasileira é a mesma desde 2005.

Outro grande problema é a sonegação de impostos. Dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional apontam que, desde janeiro deste ano, R\$ 280 bilhões deixaram de ser arrecadados. Para o senador Paulo Paim (PT-RS), “no Brasil, a sonegação é ainda mais grave que a corrupção”. Na mesma linha, a senadora Regina Sousa (PT-PI), presidente da CDH, defendeu a criminalização da sonegação fiscal. “É uma apropriação de recursos públicos. Ao sonegar, a pessoa fica com o dinheiro que era para construir uma escola, por exemplo”, pontuou. ●

Teto de Gastos



Um mês antes, no dia 4 de junho, Bráulio Cerqueira debateu a situação orçamentária da Defensoria Pública da União, também na CDH do Senado Federal. A audiência pública apon-

tou que o acesso à assistência jurídica gratuita pode ser o primeiro direito fundamental a ser inviabilizado pelos efeitos da Emenda Constitucional (EC) 95. Para iniciar a apresentação, Cerqueira identificou erros na formatação da regra do teto de gastos, que se limita às despesas primárias, e falou da inexistência da EC 95. “Não é possível cumprir com o teto de gastos sem alterar profundamente os marcos da Constituição Federal de 88. Não só a Defensoria Pública, mas o direito à educação, à saúde pública, à previdência e à assistência, precisarão ser revistos”, afirmou.

Além da inexistência, o secretário executivo do Unacon Sindical expôs a ineficiência da EC 95. “Organismos internacionais querem fazer uma doação para o ICMBio para reflorestar parques, mas o órgão não pode aceitar porque estouraria o

teto de despesa. O mesmo acontece com as universidades. A EC 95 é ineficiente porque engessa a Administração”, declarou.

No caso da Defensoria Pública da União, segundo representantes presentes na audiência, será preciso fechar algumas unidades para que o orçamento se adeque às limitações impostas.

“O teto de gastos prejudica, principalmente, a população de baixa renda, que não tem condições de pagar um advogado”, afirmou o representante do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais, Daniel Campos. Na mesma linha, a assessora chefe de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão da DPU, Vanessa Chervenski, apontou que “a cada 10 milhões a menos no orçamento do órgão, 4,5 milhões de brasileiros deixam de ter a cobertura da DPU”.



AUMENTA NÚMERO DE CANDIDATOS DA CARREIRA A CARGOS ELETIVOS

Em entrevista exclusiva para o **Finanças & Controle**, Anjuli, Marivaldo, Marlene e Renata falam sobre motivações, desafios e outros temas de interesse do funcionalismo

Sair da zona de conforto não é uma decisão fácil. Mas, irrisignados com a atuação dos representantes políticos, em especial do Congresso Nacional, que aprovou diversas pautas que vão na contramão dos interesses da população, quatro servidores da carreira

de Finanças e Controle aceitaram o desafio e vão participar da corrida eleitoral de 2018.

No âmbito do Legislativo Federal, Anjuli Tostes é candidata a deputada no Distrito Federal, e Marivaldo Pereira, também no DF, pleiteia uma vaga no Senado. Nas instâncias es-

taduais, Marlene Braga concorre ao cargo de deputada em Minas Gerais, e Renata D'Aguiar, a uma vaga na Câmara Legislativa do DF. Todos são estreados na vida política e falam, a seguir, em entrevista exclusiva, sobre motivações, desafios e temas de interesse do funcionalismo.



Renata D'Aguiar
PP - DF

Auditora Federal de Finanças e Controle desde 2014, lotada na STN. Graduada em Economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em meio ao descrédito da classe política, por que se candidatar?

Acredito que a política é a principal ferramenta para ampliar a nossa voz, legislar em prol do povo e diminuir as desigualdades existentes. Precisamos resgatar o ideal da política: que é um ato nobre quando vinculado ao bem. Através de bons exemplos, conseguiremos reverter essa rejeição com a política. Hábitos culturais de desrespeito às regras só podem ser mudados se nós elegermos pessoas capazes de nos representar positivamente, transformando todo esse descrédito em orgulho e exemplo.

Quem são os reais responsáveis pela conjuntura atual do país?

Os servidores foram apontados como um fardo a ser carregado pela sociedade, quando, sabemos que o ralo da corrupção é na verdade a grande cruz carregada nas costas por todos nós. Valorizar o serviço público é a forma mais direta e eficaz de enaltecer e valorizar o próprio povo, já que estes são os usuários dos serviços prestados pelo Estado. É com a melhoria do serviço público como um todo que poderemos exigir do Estado uma maior qualidade nos serviços prestados.



Marlene Braga
Rede - MG

Auditora Federal da Finanças e Controle desde 2007, lotada na CGU no estado de Minas Gerais. Graduada em em Orçamento Público pelo ISC/TCU e aperfeiçoamento em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo IPEA.

O que motivou sua candidatura?

Quero contribuir com o meu Estado. Contribuir para um veemente combate à corrupção, começando pela área da saúde. Entendo que é um momento muito difícil para o país, por envolver diversas crises: ética, econômico-financeira e política. Por isso, necessitamos de amplas reformas na política, no Judiciário, na Administração Pública e nas organizações civis.

Na sua avaliação, as novas regras eleitorais criam obstáculos para a renovação política?

A reforma Política apenas favoreceu quem já tem mandato, o Fundo Partidário distribuiu a maior parte dos recursos para os maiores partidos políticos, perpetuando a estruturação do poder. O maior desafio deste pleito é conquistar o grande número de eleitores que não pretendem votar ou que votarão em branco ou nulo. Eles estão revoltados com os políticos atuais e não querem ouvir sobre política e nem dos políticos. Entendo que este momento de descrédito e revolta é uma janela, uma oportunidade para a renovação.



Especial Eleições 2018

Esses foram os primeiros entrevistados do Especial Eleições 2018. Produzida pelo Unacon Sindical, a série tem como objetivo apresentar os servidores da carreira de Finanças e Controle que estejam participando da corrida eleitoral de 2018.

Conhece algum Auditor ou Técnico que é candidato? Envie um email para comunicacao@unacon.org.br e nos ajude a identificar os próximos entrevistados da série.



Anjuli Tostes

PsoI - DF

Auditora Federal de Finanças e Controle desde 2012, lotada na CGU. Figura central dos movimentos em defesa do órgão em 2015 e 2016. Graduada em Direito e Relações Internacionais, e especialista em Gestão Pública.



Marivaldo Pereira

PsoI - DF

Auditor Federal de Finanças e Controle desde 2015, lotado na STN. Mestre em Direito pela USP. Foi secretário executivo do Ministério da Justiça no governo Dilma, tendo ocupado, interinamente, o cargo de ministro da pasta.

O que motivou sua candidatura?

As experiências que vivemos na CGU, de ataques de diversos setores da classe política, mostram que é necessária uma atuação legislativa e nos governos para fortalecer instituições que têm como missão o combate à corrupção e a promoção da transparência. Precisamos estar lá dentro também, e não entregar o comando do nosso país a esses que querem manter tudo como está. Além disso, é preciso ampliar os canais de participação da sociedade e qualidade da representação, para devolver a legitimidade de que o sistema democrático necessita para funcionar. Precisamos construir um ambiente político diferente, pautado pela ética e voltado para o interesse da sociedade. Eu acredito nisso, por isso sou candidata.

Como você avalia a representatividade dos servidores no Congresso Nacional?

São pouquíssimos os parlamentares que podem ser apontados como representantes dos servidores. Daí a relevância da candidatura de servidores. As tentativas de desmonte, de retirada de garantias constitucionais e essenciais, como a estabilidade – discurso que busca demonizar o servidor como privilegiado – têm ampla ressonância em um ambiente em que o segmento não está adequadamente representado, como é o caso do atual Congresso.

No que diz respeito às pautas inerentes ao serviço público, como você pretende atuar, caso eleita?

Como deputada, atuarei em todos os projetos de lei que dizem respeito ao serviço público. Procurarei integrar, já no primeiro ano de mandato, a CTASP, para influenciar, de forma mais incisiva. Além disso, procurarei articular um bloco para revogar a EC 95/2016. Apoiarei matérias que visem a manutenção da dignidade remuneratória dos servidores e combatarei qualquer iniciativa tendente a eliminar a estabilidade e fragilizar o direito à aposentadoria. Por fim, nosso mandato será um mandato de portas abertas aos servidores, às suas entidades representativas e à sociedade.

Na sua avaliação, no que diz respeito ao serviço público, qual a pauta mais urgente? E como você pretende atuar para atendê-la?

A primeira medida que adotaremos será lutar pela revogação dos dispositivos criados pela EC 95/2016. Essa medida inviabiliza a prestação de serviços básicos à população justamente num momento em que o avanço do desemprego está levando milhares de trabalhadores de volta ao SUS e aumentando a demanda por serviços públicos de modo geral. Diante da grave situação, é imprescindível que o poder público continue a investir nessas áreas para fazer frente a essa demanda da população.

O que não funciona no Legislativo?

Há um completo descolamento entre o que é defendido no Legislativo e os anseios de nossa população. Temos um Congresso focado em seus interesses partidários e individuais e indiferente aos problemas sociais. Vamos mudar isso fazendo um mandato ativo e presente na sociedade. Adotaremos ferramentas eletrônicas que viabilizem a participação da sociedade, além de termos um mandato representativo. Já assumimos o compromisso de ter, pelo menos, 50% de mulheres em nosso gabinete, 50% de negros e negras, representantes LGBT, dos povos indígenas e pessoas com deficiência. Sabemos que isso não é suficiente, mas que, sem dúvida alguma, é um primeiro passo para termos um mandato marcado pela pluralidade e em sintonia com os problemas da sociedade.

Quais os principais desafios dos novos candidatos?

Acreditamos que o acesso a recursos para se realizar uma campanha política ainda continua sendo o maior desafio. Estamos nos desdobrando para conseguir recursos junto a nossas redes. Mesmo sendo bem-sucedidos, teremos um volume de recursos muito baixo. Precisamos do apoio de todos, seja doando ou divulgando nosso financiamento coletivo. Temos utilizado estratégias criativas para superar essa barreira da falta de recursos. Estamos conseguindo um resultado muito animador.

COMISSÃO DEFINE A DATA DO III CONACON

Evento será realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2019, em Brasília. “Será uma oportunidade para que a carreira defina novas estratégias de atuação”, destaca Bráulio Cerqueira

A Comissão responsável pela organização da terceira edição do Congresso Nacional da carreira de Finanças e Controle definiu, em reunião no dia 5 de julho, a data de realização do evento. Conforme o indicativo dos membros, o III Conacon será realizado nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2019, em Brasília. Além da data, o grupo discutiu o Regimento Interno do Congresso e os temas que devem pautar os painéis de debate.

Para o secretário executivo do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira, o principal objetivo do evento é promover a troca de informações entre as áreas de Finanças e Controle. Ele destaca que o III Conacon será realizado em um contexto de novo governo e antigos desafios. “Será uma oportunidade para que a carreira defina novas estratégias de atuação”, apontou.

A última edição do Congresso foi realizada em novembro de 2012. Na oportunidade, os servidores

definiram quarenta diretrizes, entre as quais destaca-se a mudança na nomenclatura dos cargos e a exigência de nível superior para ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC), que nortearam a atuação do Sindicato ao longo desses seis anos.

A Comissão organizadora foi designada pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS), em abril deste ano, e é composta pelo presidente do colegiado, Filipe Leão, pelos representantes da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Bráulio Cerqueira e Arivaldo Sampaio, e pelos delegados sindicais Luciano Turin, do Paraná, e Luiz Alberto Vieira Filho, de finanças públicas. ●

UNACON SINDICAL LAMENTA FALECIMENTO DE WALDIR PIRES

Ex-governador da Bahia e primeiro ministro da CGU, Pires deu entrada no Hospital da Bahia na noite do dia 21 de junho com quadro de pneumonia

É com profundo pesar que o Unacon Sindical recebeu a notícia do falecimento de Waldir Pires, na manhã do dia 22 de junho. Ex-governador da Bahia e primeiro ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), em 2003, Pires deu entrada no Hospital da Bahia na noite anterior ao óbito, com quadro de pneumonia. Rui Costa, governador da Bahia, decretou luto oficial de 5 dias.

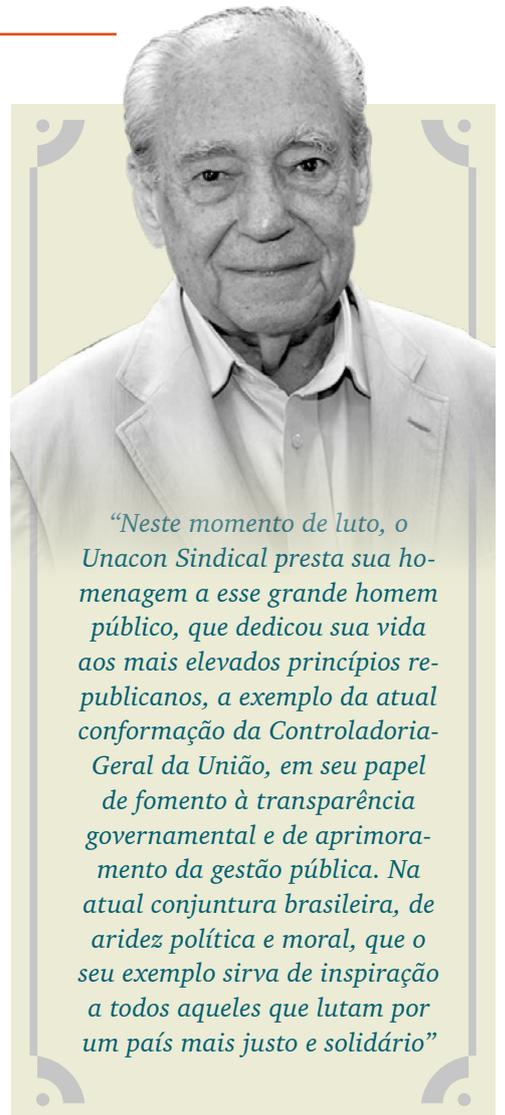
A Diretoria Executiva Nacional (DEN) expressou as mais profundas condolências a todos os familiares e amigos. “Neste momento de luto, o Unacon Sindical presta sua homenagem a esse grande homem público, que dedicou sua vida aos mais elevados princípios republicanos, a exemplo da atual conformação da Controladoria-Geral da União, em seu papel de fomento à transparência governamental e de aprimoramento

da gestão pública. Na atual conjuntura brasileira, de aridez política e moral, que o seu exemplo sirva de inspiração a todos aqueles que lutam por um país mais justo e solidário.”

Os servidores ainda enviaram carta em homenagem a Pires e coroa de flores, em respeito aos familiares e amigos presentes no velório.

LIVRO

A biografia do político, escrita pelo jornalista Emiliano José, foi lançada no dia 14 de junho, em Salvador. Para a obra, foram necessários quase seis anos de pesquisa, entrevistas, viagens e redação. A biografia foi dividida em dois volumes. O primeiro, conta a história do nascimento do político, as candidaturas e o exílio na ditadura Médici. No segundo volume, ainda em fase de revisão, a obra descreve a história de Pires de 1979 em diante. ●



“Neste momento de luto, o Unacon Sindical presta sua homenagem a esse grande homem público, que dedicou sua vida aos mais elevados princípios republicanos, a exemplo da atual conformação da Controladoria-Geral da União, em seu papel de fomento à transparência governamental e de aprimoramento da gestão pública. Na atual conjuntura brasileira, de aridez política e moral, que o seu exemplo sirva de inspiração a todos aqueles que lutam por um país mais justo e solidário”

IR 2018: Atendimento para filiados

Geralmente, após o envio declaração do Imposto de Renda, o contribuinte volta a acessar o site da Receita Federal apenas para verificar a data da restituição, mas é importante acompanhar o processamento da declaração e, assim, evitar problemas futuros. Para auxiliar os filiados neste acompanhamento e orientar aqueles que já detectaram que caíram na malha fina, a delegada sindical do Distrito Federal, Marussia Pires, oferece atendimento gratuito, às terças-feiras, na sede do Sindicato ou por telefone. Para agendar, entre em contato pelo telefone 61 2107 5012.



Na primeira consulta, o filiado deve ter em mãos as declarações e os recibos de entrega do Imposto de Renda apresentados nos dois últimos exercícios. Para evitar o transtorno de ter que remarcar o atendimento, Marussia alerta para a importância dos filiados necessariamente portarem esses documentos no dia da consulta. "Sem isso, infelizmente não será possível fazer a análise no sistema", informa.

Novo plano de saúde

Além da Assefaz, os filiados agora podem aderir ao Benevix. Com cobertura nacional e mensalidades a partir de R\$ 185,53, o plano é administrado pela Unimed e pela Benevix Administradora de Benefícios. As primeiras quatro consultas do ano não possuem qualquer cobrança. Limitada a R\$ 200 por mês, a coparticipação para consultas e exames será cobrada somente a partir do quinto procedimento do ano vigente. A adesão será sem carência de procedimentos – exceto para parto e doenças preexistentes – para os filiados que migrarem até o dia 31 de agosto. A contratação pode ser feita no portal do Clube de Vantagens, no menu "Plano de Saúde", ou pelo 0800 591 0534 da Administradora de Benefícios. Mais informações no <http://bit.ly/2M7nlv6> ou no QR-code ao lado.



Ações Coletivas

Representantes do escritório Torreão Braz Advogados prestaram esclarecimentos sobre o andamento das ações de transposição, em reunião promovida pelo Unacon Sindical. Transmitido em tempo real para os beneficiários que residem em outros estados, o encontro foi realizado na sede do Sindicato, no dia 8 de junho. Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira e Arivaldo Sampaio conduziram as atividades. Na ocasião, foram apresentados o novo Clube de Vantagens do Unacon Sindical e informes gerais da Diretoria Executiva Nacional (DEN).

Assefaz

Os beneficiários da Fundação Assefaz agora terão acesso ao cartão virtual, assim não será mais necessária a utilização do cartão físico para a realização de consultas, exames e demais procedimentos. O documento está disponível para download no Portal do Beneficiário. Quem deseja continuar recebendo o cartão impresso, também precisa acessar o portal para fazer a opção.



Festa Junina

As fotos da sexta edição do Arraiá Bão Dimais já estão disponíveis no Flickr do Unacon Sindical. Realizado no dia 22 de junho, a tradicional festa junina do Sindicato reuniu mais de 500 pessoas no Clube Olímpico da Assefaz, em Brasília. A animação da festa ficou por conta da banda Oxente Cerrado e da quadrilha Formiga da Roça. Acesse as fotos no link : <http://bit.ly/2uvNPRD> ou no QR-code ao lado.



Funpresp

Mesmo com o pedido de liminar indeferido, a ação do Sindicato, que pede a prorrogação do prazo de adesão ao Funpresp e a retratação da decisão para os servidores que se sentirem prejudicados pelo erro nos cálculos, segue tramitando na Justiça. O prazo para migração está em aberto por decisão do juiz Leonardo Cacau Santos de Lá Bradbury, da segunda Vara Federal de Santa Catarina. Acesse a íntegra da decisão no link <http://bit.ly/2OnagjD> ou no QR-code ao lado.





Filiado ao Unacon Sindical
agora tem mais uma opção para
cuidar bem da sua saúde

Novo Plano de Saúde Benevix



Parcelas a partir
de R\$ 185,53



Atendimento com
cobertura nacional



Adesão sem carência
para migração até 31/08*



Sistema de coparticipação
que barateia o custo do plano



Até quatro procedimentos
gratuitos por ano

UNACON Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES E
TÉCNICOS FEDERAIS DE FINANÇAS E CONTROLE

Para contratar, ligue: 0800 591 0534
ou acesse: <http://bit.ly/2M7n1v6>

Benevix
Benefícios para toda a vida.

* Condição válida exceto em partos e doenças preexistentes